

Sociologia e sociedade industrial*

Ralph Dahrendorf

Se fôssemos designar, um tanto irreverentemente, o lugar histórico de algumas grandes disciplinas do pensamento humano, poderíamos dizer que: o mesmo que a Teologia significou na sociedade feudal medieval e a Filosofia na época de transição para a Idade Moderna, isso significa a Sociologia para a Sociedade Industrial. As três grandes disciplinas foram ou são, prescindindo dos fins que lhes são próprios, instrumentos de auto-interpretação de determinadas épocas históricas. Nesse sentido, impuseram-se sobretudo pelo fato de que souberam combinar de modo dissimulado, mas nem por isso menos efetivo, a faceta da auto-interpretação com a de justificadoras de estruturas típicas da época. Os teólogos da Alta Idade Média, os da Reforma Luterana e da Contra-Reforma, os filósofos do Empirismo inglês, da Ilustração francesa e do Idealismo alemão e os sociólogos de muitos países em épocas recentes e atuais foram ou são também os ideólogos de suas sociedades: homens que representam os fatos sociais e políticos em seus sistemas ou teorias de tal maneira que o real em cada caso aparece, senão como razoável, pelo menos como necessário. A transformação sofrida nos instrumentos destas autojustificações de uma época prova, por um lado, a existência imutável da necessidade de transcender ideologicamente a realidade das sociedades humanas e, por outro, as mudanças ocorridas na orientação dessa necessidade. Um ponto a discutir é se a passagem da Teologia para a Filosofia, e desta para a Sociologia, representa uma tendência inequívoca do desenvolvimento social, se se trata de um progresso ou de um retrocesso; mas seguramente valeria a pena considerar o fato de que sociedades que puderam satisfazer suas necessidades ideológicas com o reflexo de um mundo ultraterreno, pensado ou crido, tenham sido substituídas hoje por outras sociedades que esperam apenas das ciências a solução de todos os seus problemas.

Mas, semelhante reflexão não entra em nosso tema. Ao indicar esta possibilidade só queremos fazer notar que também a Sociologia, como sociologia da sociedade industrial e como disciplina científica, pode ser objeto desse tipo de desmistificação crítica, que ela mesma apóia. Sociologia e sociedade industrial mantêm relações sumamente estranhas. Por um lado, a Sociologia nasceu na sociedade industrial; apareceu e adquiriu importância como conseqüência da industrialização. Mas, por outro lado, a "sociedade industrial" é a filha mimada da Sociologia, seu próprio conceito pode ser considerado um produto da moderna ciência social. A mútua paternidade é causa de uma relação de parentesco paradoxal e desconhecida inclusive entre os antropólogos. Precisamente por isso parece aconselhável analisar mais detidamente as relações da Sociologia com a sociedade industrial, mitos muito pouco discutidos.

Ao relatar a origem histórica da Sociologia, é costume iniciar-se a evolução da ciência social pela antigüidade grega, com Platão e Aristóteles. Seja com o fim de proporcionar a dignidade de uma tradição venerável a uma disciplina que ainda se esforça por obter o reconhecimento acadêmico, ou seja para ligar a Filosofia antiga com as modernas ciências sociais, o caso é que o estudo histórico da Sociologia evoca a aparência de continuidade num ponto onde ela não existe. Claro está que Platão e Aristóteles, Cícero e Tácito, Santo Agostinho e São Tomás, e muitos outros pensadores e historiadores se ocuparam de assuntos sociais, pensaram a respeito das formas reais e possíveis da sociedade e trataram de investigar as leis do desenvolvimento social. Mas, é igualmente certo que a tipicidade das estruturas sociais ainda não se havia convertido para estes pensadores num problema de análise científica. Todos eles aceitaram o fato da desigualdade dos homens, cuja problemática devia dar origem mais adiante à Sociologia, como "natural" ou "instituído por Deus" ou, também, como "obra dos demônios". Para Platão, uns tinham nascido com ouro, outros com prata; para Aristóteles, uns eram senhores por natureza, outros escravos; a sociedade, a boa sociedade, para ambos, não era outra coisa senão a tentativa de canalizar estas discrepâncias naturais e estabelecer uma ordem nelas. O pensamento cristão da igualdade de todos perante Deus não impediu aos teólogos e políticos medievais aferrarem-se ao pensamento, e reproduzi-lo de mil formas diferentes, de que "Deus criou os homens em posições altas ou baixas e ordenou seu status social".

Somente no século XVIII transforma-se repentinamente em um problema o fato, instituído por Deus e pela Natureza, da desigualdade dos homens. No ano de 1754 a Academia de Dijon propôs como tema de um concurso literário, o significativo problema: "Qual é a origem da desigualdade

humana? Está ela legitimada pelo direito natural?" Ainda assim hesitavam os sábios em aceitar soluções demasiado radicais. Deram o prêmio a um teólogo e não ao trabalho de Jean-Jacques Rousseau, que buscava a origem da desigualdade na propriedade privada, quer dizer, num fenômeno social. Mas a pergunta ficava feita. Pouco depois escrevia o escocês Millar seu livro *Sobre a origem das diferenças de classe*; também ele via na propriedade privada a fonte de toda desigualdade social. Não era de outra maneira que argumentava Schiller em suas lições de "História Universal" na Universidade de Jena ao descrever a "primeira sociedade humana". Com estes trabalhos começa uma tradição de pensamento e investigação, que tem seu primeiro zênite em Marx no século XIX. Aqui começa ao mesmo tempo a história da Sociologia como desenvolvimento contínuo do tratamento científico de um problema específico.

Nem sempre as circunstâncias nos facilitam a tarefa de descobrir a transfiguração social das correntes ideológicas, como no caso da discussão do problema da desigualdade social no século XVIII. Pelo menos na França e na Inglaterra encontramos nessa época sociedades em que entrou em declínio o princípio de legitimidade do sistema estamental de privilégios. "Realmente criou Deus os homens socialmente 'altos' ou 'baixos'? São as diferenças sociais uma conseqüência de direitos naturais, isto é, hereditários? É o homem efetivamente o que é por nascimento ou, ao contrário, seria melhor dizer que é aquilo que possui?" A revolução industrial estava ainda em seus primeiros passos", mas já em fins do século XVIII alguns pensadores e investigadores se deram conta de que estava em vias de aparecer uma nova sociedade em que a desigualdade humana seria considerada de um ponto de vista diferente do critério até então válido. A imposição da noção moderna da igualdade dos cidadãos no Estado e a formação de uma classe social fundada em sua posição econômica foram os estímulos fundamentais desta evolução intelectual que mais tarde desembocou na Sociologia científica. ⁽¹⁾

Mas, "as instituições morrem por causa de suas vitórias". Apenas um século depois nascia a Sociologia como ciência e já começava a desenvolver uma auto-legislação profissional em que foram ficando cada vez mais na penumbra os impulsos que lhe deram origem. As etapas mais importantes deste processo são provavelmente: discussão dos juízos de valor e a fundação da Sociedade Alemã de Sociologia antes de 1914, a descoberta da investigação social empírica, na segunda década e começo da terceira de nosso século, e o surpreendente florescimento da Sociologia americana nos anos 30 e 40. A Sociologia nasceu como resultado de uma situação histórica evolutiva no auge da época designada, com certa imprecisão, como feudal e do período moderno industrial-capitalista; nasceu como conseqüência do interesse despertado pela descoberta de que relações tidas até então como naturais fossem de fato mutáveis e históricas. No século XIX, a crítica social substituiu a pergunta de Saint-Simon e Proudhon até Ruge e Marx e deles a Le Play, Booth e muitos outros. Em todos eles a análise sociológica era mais um instrumento de desorientação que de orientação. Enquanto forneciam esquemas intelectuais e filosóficos eram filósofos e não sociólogos; enquanto sociólogos tratavam de descobrir os males reais e não de justificá-los. Mas, logo depois, com a discussão dos juízos de valor na Associação de Política Social e a imposição da tese de Max Weber da inibição valorista na Sociedade Alemã de Sociologia, iniciou-se o século científico desta disciplina. Perdera-se o primitivo interesse e desterrara-se a valoração crítica; o que ficou foi e é a intenção de captar a realidade social e a postura que o homem tem nela pelo único meio de conhecimento reconhecido como válido em nosso século, isto é, a ciência da experimentação.

Um dos primeiros resultados desta nova tendência da Sociologia foi a criação da sociedade industrial. Na realidade o conceito de sociedade industrial data do século XIX; mas somente nas últimas décadas alcançou seu pleno florescimento e importância. Os sociólogos e economistas políticos do século XVIII ainda não tinham nome apropriado para designar a transformação que se realizava ante seus olhos. Os sociólogos do século XIX interpretavam a sociedade sobretudo de um modo polêmico: como sociedade capitalista, sociedade de alienação, da injustiça, da miséria e opressão. Com a ciência avalorista começaram também a buscar termos assépticos, e entre eles destacou-se o de sociedade industrial como o mais adequado e eficaz.

(1) Cf., para este problema, minha exposição mais detalhada na monografia *Über den Ursprung der Ungleichheit unter den Menschen (Sobre a origem da desigualdade entre os homens)*, Tübinga, 1961. Esse trabalho contém outras citações e bibliografia adicional.

Mas, a sociedade industrial não era somente uma criação conceitual. Logo adquiriu conteúdo e foi esse conteúdo o causador do mito da sociedade industrial.

O problema da origem da Sociologia e o problema da desigualdade entre os homens o mostram com toda clareza.

A época da revolução industrial caracteriza-se pela queda daquele sistema privilegiado de desigualdade social, que designamos, de preferência, como ordem estamental. No entanto, os pensadores e pesquisadores sociológicos do século XIX e começo do século XX deram-se conta de que com a queda da ordem estamental não desapareceu a desigualdade entre os homens. Seu grande tema era a desigualdade como consequência da propriedade e do poder: a luta de classes e a sociedade que valoriza a cada um segundo sua renda e posse. A sociedade igualitária, com que sonhavam esses homens, era um quadro bélico frente à realidade não igualitária. Somente nas últimas décadas a Sociologia científica descobriu algo completamente novo no desenvolvimento da realidade: a sociedade industrial. Também nela ainda existem, de acordo com o quadro atualmente válido, estratos sociais e inclusive, talvez, classes sociais; portanto, também nela se dá a desigualdade humana. Mas, para a maioria dos sociólogos da sociedade industrial, esta desigualdade perdeu seu aguilhão e, inclusive, tende à sua própria dissolução numa forma de estrutura social que segundo os gostos e qualidades de cada um se descreve como "sociedade de consumo", "sociedade de massas", "sociedade de classe média nivelada", "sociedade classista", "sociedade da época pós-ideológica", mas sempre como sociedade industrial. Vamos contemplar mais de perto algumas das características designadas como típicas da sociedade industrial de nosso tempo.

Encontramo-nos, em primeiro lugar, no campo dos estratos sociais, quer dizer, da própria desigualdade. A imagem dominante na atualidade sobre a estratificação social da sociedade industrial é caracterizada sobretudo por três elementos: em primeiro lugar, fala-se de tendência a uma nivelção pelo achatamento dos "altos" e "baixos". Argumenta-se que desde a Revolução Francesa todos os homens gozam de um mesmo e comum status fundamental: o de cidadão. Eliminou-se na sociedade as diferenças de princípio entre os homens. As discrepâncias acidentais que ficaram já não são tão grandes como antes; a hierarquia na estratificação social se reduziu, seja se aplicamos o critério das rendas como o do prestígio, a formação ou, inclusive, o do poder. Em segundo lugar, encontramos-nos com uma forte concentração no campo médio desta hierarquia reduzida. Enquanto em todas as sociedades antigas a maioria dos homens se concentrava no estrato hierárquico inferior, uma imensa maioria ocupa hoje a posição média. Isto vale tanto num sentido "objetivo" — no que se refere a renda e prestígio social, meios e situação de formação e poder entre dois extremos — como também em sentido "subjetivo", na medida em que a maioria se considera hoje como pertencente à "classe média". Quanto às diferenças restantes, pode-se afirmar, em terceiro lugar, que o indivíduo na sociedade industrial não se acha preso à sua posição social; pode mover-se livremente, descer e, sobretudo, subir de categoria. Se não consegue ascender, seus filhos podem consegui-lo. Em qualquer caso a oportunidade do livre movimento completa a tendência para a compensação nas diferenças das posições sociais.

Além do âmbito da estratificação social o quadro sociológico da sociedade industrial fica marcado por um tipo de análise que aponta na mesma direção e que pode expressar-se mais acertadamente pelo conhecido tema da "sociedade de massas". A sociedade industrial é uma sociedade de massas, isto é (ainda que se esconda nesse conceito um sentido determinável), nela o indivíduo se converte num grão de areia, que não pode se distinguir em nada de seus semelhantes. Perde sua individualidade, tanto como juguete dos demagogos, quanto como objetivo da propaganda e dos chamados meios de comunicação, de massa, como um "indivíduo dirigido de fora". Para demonstrar esta tese apresenta-se como prova a conduta massificada, a moda: todo mundo quer passar suas férias na Itália, todos sentam-se uma noite atrás da outra diante do televisor, todos querem carro, todos se vestem como todo mundo, inclusive todos pensam, sentem e fazem a mesma coisa no trabalho e no tempo livre, em seu ambiente social e político. É lógico que neste sentido atribua-se à sociedade industrial uma estrutura que conduz à eliminação da desigualdade entre os homens mediante sua transformação em uma massa genérica e parda, de uniformidade anônima.

A análise sociológica da sociedade de massas tem, em geral, um acento depreciativo, atrás do qual, não obstante, não se esconde outra coisa além da petulância esnobista do intelectual que se

considera diferente, melhor, como Hofstätter claramente o demonstrou.⁽²⁾ Em troca, é tal o realce que quase todos os sociólogos dão a um terceiro aspecto básico da sociedade industrial que ele foi designado com um novo tópico: o da "sociedade de consumo". Na sociedade estamental a posição social do homem dependia de seu nascimento; na sociedade industrial do século XIX o homem era o que tinha, isto é, sua situação social se determinava de acordo com suas rendas e posses. A sociedade industrial, por outro lado, apoia-se sobre uma nova base de ordenação: agora o homem é o que ele consegue. A renda determina a situação social de cada um e as instituições do sistema educativo têm a missão de calibrar a capacidade de rendimento de cada indivíduo com o objetivo de dirigir cada um até a posição que lhe corresponde na sociedade. Todos têm idêntica oportunidade, uma vez que nem a origem nem a propriedade decidem hoje a situação social do indivíduo; a sociedade de consumo também conduz à eliminação da desigualdade.

A sociedade industrial está nivelada, massificada, fundada no princípio do rendimento. Mas, tem ainda uma quarta característica, que quase não falta nas análises sociológicas mais recentes — de qualquer língua e origem — e que é talvez a mais curiosa: na sociedade industrial desaparece o domínio do homem pelo homem, isto é, o instrumento mais eficaz de separação entre os de cima e os de baixo que aglutinava e desmembrava todas as sociedades antigas. Neste sentido, hoje se fala muito da fábrica automática em que todas as relações de dominação se transformaram num programa de mecanismos dirigidos eletronicamente e onde ninguém dá ordens e ninguém obedece. "Mutatis mutandis" este esquema também se aplica aos sistemas políticos; aqui se fala da "estrutura amorfa do poder" ou do "predomínio da lei" (em oposição ao predomínio humano), da "transformação do Estado" num mero organismo administrativo e do pluralismo de grupos, que impede a formação de núcleos de poder. Desta maneira, ninguém, na realidade, está por cima ou está subordinado; também no campo do poder e da servidão a sociedade industrial eliminou a desigualdade entre os homens.

Este é — em linhas gerais um tanto quanto carregadas — o quadro que a Sociologia científica da sociedade industrial esboça. Ao procurar traçar este quadro não citei nomes, embora pudesse apresentar uma longa lista: quase todos os sociólogos de todos os países contribuíram com seu grão de areia para facilitar o nascimento do conceito de sociedade industrial. Enquanto o fizeram como sociólogos com status científico, outorgaram a este quadro, ao mesmo tempo, um marco que do nosso ponto de vista tem especial importância: a sociedade industrial não é uma imagem inspirada ou especulativa; não é, por isso, tampouco, coisa evidente para a Sociologia, ideologia tendenciosa que trate de justificar o predomínio de determinados grupos sociais; é, isto sim, a imagem de nossa época, tal como foi obtida mediante uma investigação "objetiva" e "avalorista". Esta tese é, para a maioria dos sociólogos, um pressuposto evidente. Somente nos últimos tempos alguns sociólogos — por exemplo, Helmut Schelsky na Alemanha e Daniel Bell nos Estados Unidos⁽³⁾ — empreenderam a tarefa de fundamentar este pressuposto, argumentando que vivemos em uma "época pós-ideológica", em que já não são possíveis ou, pelo menos, já não são efetivos, os quadros deformadores da realidade como instrumentos de autojustificação social. Independente de que se aceite esta tese ou não, é certo que a noção de que a Sociologia talvez possa ser um eco ideológico de sua criação mais cara (a sociedade industrial) aparece cada vez menos nas análises cada vez mais numerosas da sociedade moderna.

Não obstante, essa noção é uma das teses destas reflexões. Afirmo que a sociedade industrial, segundo o conceito sociológico aqui apresentado esquematicamente, é um mito e um produto da fantasia sociológica e que não responde, além disso, a todas as perguntas básicas que formulemos às sociedades de nossa época. É preciso fundamentar esta afirmação.

Ao afirmar que a Sociologia da sociedade industrial é uma ciência, o que se quer dizer é que ela tem de proceder de um modo "avalorista", isto é, que as convicções e preconceitos pessoais do investigador devem permanecer distanciados da análise objetiva. No entanto, se contemplamos mais detidamente o quadro sociológico da sociedade industrial, veremos logo, e com toda clareza, que aqui somente se pode falar de assepsia valorista num sentido: este quadro não se baseia — como a Sociologia do século XIX — em estímulos críticos-sociais; ao contrário, os sociólogos se preocupam trabalhosamente em desterrar de suas análises qualquer distanciamento crítico da realidade; mas,

⁽²⁾ Em seu livro *Gruppendynamik (Dinâmica de grupos)*, Hamburgo, 1957. F

⁽³⁾ Cf. H. Schelsky, *Ortsbestimmung der Deutschen Soziologie (Determinantes da sociologia alemã)*, Düsseldorf-Colônia, 1959. e D. Bell. *The End of Ideology*, New York. 1960.

em consequência, surge de imprevisto a valorização, porém num sentido inverso, de uma imagem da harmonia, da integração, do reconhecimento do real como lógico e exato. Claro está que fica quase sempre a condição restritiva da sociedade de massas, mas isto somente justifica a reserva mental própria do intelectual e não propriamente sua postura crítica. No conjunto, vibra em quase todas as investigações sociológicas recentes o sentimento oculto de que tudo está bem em nosso mundo social e de que a própria realidade tende para formas cada vez mais justas e melhores. Este acento conservador da Sociologia moderna não pode ser negado e é até mesmo admitido por alguns sociólogos. Com menos gosto se vê que nele igualmente se esconde em especial uma espécie de valoração suspeita de ser ideológica; vale a pena analisar este fato.

O conceito de sociedade industrial contém um elemento de benévola generalização. Todas as diferenças particulares entre as distintas sociedades desaparecem dentro dele: as sociedades inglesa, americana, alemã e francesa e logo também a russa se fundem nela de um modo genérico, que promete a todos os países idêntica esperança. Mas, essas sociedades são, realmente, tão semelhantes? Não existiria uma falta de exatidão intranquilizadora nesse conceito de sociedade industrial? Não será uma tentativa de elidir o problema das características particulares, e menos agradáveis, da sociedade americana ou alemã ou russa? Não fica sem ser dito, e mais, sem perguntar, o fundamental, se nos aproximamos da realidade com essa inocente idéia geral da sociedade industrial? A Alemanha e a Inglaterra são sociedades industriais; mas a Inglaterra é a mãe da democracia liberal e a Alemanha é a mãe do moderno Estado autoritário. A América e a Rússia são sociedades industriais e, sem dúvida, suas divergências caracterizam a nossa época. Estes não são problemas sociológicos? Parece-me que são até mesmo nossos problemas fundamentais. Mas, para resolvê-los, temos de liberar-nos sem escusas do mito idílico da sociedade industrial.

Do mesmo modo, no que se refere a quaisquer sociedades determinadas, a sociedade industrial resulta num mito. Já não existe efetivamente a desigualdade entre os homens nas sociedades modernas? Ou, talvez, apenas se modificaram as formas dessa desigualdade? Não são também o tipo de carro, o lugar das férias, o estilo da habitação outros tantos símbolos efetivos e que deixam a marca da estratificação social, como o eram os privilégios na sociedade estamental? Não se pode dizer que a sociedade de rendimento, que na realidade é uma sociedade de títulos e certificados, é tão pouco "natural" ou "justa" como era a sociedade de origem ou da propriedade? A divisão do trabalho e a burocratização do poder eliminaram de fato toda forma de supra-ordenação e subordinação entre os homens? Não existem mais na sociedade atual o "de cima" e o "de baixo"? Admito que se trata de questões difíceis, que de maneira alguma podem ser respondidas com uma simples negação ou afirmação; mas creio poder afirmar que cada uma dessas perguntas nos revelaria um aspecto de nossa sociedade que não corresponde à imagem harmoniosa da sociedade industrial.

É sobretudo seu caráter harmonizador que faz aumentar a suspeita de que o conceito sociológico de sociedade industrial é um eco ideológico. Se quisermos dar fé a todas as teses manifestas e latentes da investigação sociológica, deveríamos aceitar que nossa sociedade é a utopia feita realidade ou, melhor dizendo, feita quase realidade, pois as obras sociológicas se distinguem por uma acumulação suspeita de afirmações de "tendência". "Tendemos" para a sociedade de rendimento, para a nivelção, para a massificação, etc. Essas afirmações de tendência levam a acreditar em modéstia e seriedade científicas; na realidade não são nem uma coisa nem outra. Na realidade não são mais do que profecias, pois para estabelecer prognósticos objetivos ainda falta fundamento à teoria sociológica.

Por que razão, então, a tentativa constante em profetizar para um futuro próximo uma sociedade industrial justa e harmônica? De que fontes se alimenta tal ciência? A quem ela serve? Aqui se nota claramente que a Sociologia moderna da sociedade industrial não é, na realidade, mais do que ideologia da camada burocrática e da pequena burguesia que denomina a si própria de "classe média" e que domina muitas sociedades modernas; camada a que também pertencem os próprios sociólogos. Tornou-se difícil nas sociedades americana, inglesa e também alemã recentes designar com clareza qualquer que seja o grupo, como a camada superior da sociedade. A divisão do trabalho no poder e no status social aumentou o volume dos grupos dominantes e, ao mesmo tempo, reduziu sua homogeneidade. Apesar disso, os burocratas, os managers e os técnicos formam uma camada superior, uma classe dominante, a quem deve servir a ideologia harmônica da sociedade industrial, para reforçar seu débil fundamento de legitimidade. Pelo menos num ponto a moderna meritocracia de títulos e certificados continuou fielmente os passos de seus antecessores: também necessita de

uma ideologia que justifique a desigualdade. A Sociologia é a encarregada de oferecer essa ideologia com o mito da sociedade industrial. ⁽⁴⁾

Não é uma casualidade que seja exatamente a Sociologia a que procure esse reforço ideológico para a sociedade industrial. Os burocratas, managers e técnicos constituem um grupo dominante, "invisível", que evita cuidadosamente aparecer como tal. Necessita, por isso, de uma ideologia o mais "neutra" possível, cujo caráter de justificação não seja patente a uma simples verificação, uma ideologia com a auréola da ciência. Em parte o procuram as especulações pseudocientíficas dos físicos modernos sobre a "imagem do universo de nossa época"; mas, em sua maior parte, e cada vez em maior medida, a Sociologia intervém. Acontece imprevisivelmente que a própria Sociologia se transforma num mito; ou seja, num sucedâneo para decisões morais e convicções metafísicas — talvez também religiosas. Se a Sociologia fosse efetivamente apenas o que pretende ser, isto é, uma ciência, poderia ajudar-nos com presteza a colher nas redes da inteligência humana e dominar teoricamente um outro aspecto do mundo, mas não poderia converter-se em sucedâneo da moral nem da religião. O mundo da ciência será sempre uma geometria não-euclidiana da existência humana; se a ciência fornece imagens do mundo, traiu sua missão. A chamada ciência da sociedade dos países comunistas é um mito, uma ideologia; aí se encontra sua força e também sua debilidade, pois é fácil desmascará-la como tal. Infelizmente, a Sociologia da sociedade industrial se acha também no caminho mais apropriado para desempenhar um papel semelhante nos países não comunistas. Por isso que é oportuno o conselho de buscar no lugar apropriado as fontes de nossa compreensão do mundo e da sociedade; isto é, de buscá-las no campo dos valores e convicções, além da ciência meramente instrumental. Somente se livrarmos a Sociologia do peso de exigir-lhe que seja uma autocompreensão de época e a nossa imagem ética do universo da ilusão de vê-la consagrada pela ciência, atribuiremos a cada uma delas o que lhe corresponde.

⁽⁴⁾ Essa ideologia segue também suas antecessoras por considerar as circunstâncias sociais contemporâneas, em particular suas características desigualdades, como "naturais", isto é, fundadas em qualidades pessoais e rendimentos. Cf. *ad hoc* a utopia polêmica de M. Young. *The Rise of the Meritocracy*, Londres, 1958.